

O CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA NO CAMPUS ARAGUATINS (IFTO): UMA ANÁLISE NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Maria Luiza Damascena dos Santos¹, Amanda Rocha Freire², Thaylon Fernandes de Carvalho³, Arthur Ferreira de Souza⁴, André Luís Sampaio Sousa⁵, Paulo Hernandes Gonçalves da Silva⁶

Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Povoado Santa Tereza, Km 05, Zona Rural, 77950-000, Araguatins-TO, Brasil, maria.santos67@estudante.ifto.edu.br¹, amanda.freire@estudante.ifto.edu.br², thaylon.carvalho@estudante.ifto.edu.br³, arthur.souza3@estudante.ifto.edu.br⁴, andre.sousa3@estudante.ifto.edu.br⁵, paulohg@ifto.edu.br⁶

Resumo

O presente artigo trata do percurso de profissionalização do técnico em Agropecuária, considerando-se o estágio obrigatório. A legislação define o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo, sendo parte do projeto pedagógico do curso. O objetivo foi de analisar essa etapa de formação para a consecução de um currículo integral do indivíduo em desenvolvimento das habilidades e competências no Campus Araguatins do IFTO. Adotou-se a metodologia da revisão bibliográfica, com base nos conhecimentos construídos por Silva (2022), Frigotto (2018) e Kuenzer (2014). Apreendeu-se resultados que evidenciam novos conhecimentos, novas práticas e novas relações interpessoais, além daquelas estabelecidas dentro da escola, ou seja, o contexto é direcionado para o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Campus Araguatins. Estágio. Formação integral.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas – Educação.

1. Introdução

As conjunturas contemporâneas, que passaram por mudanças nos mais diversos setores: política, administração, saúde, comportamento e espiritualidade; não poderia ser diferente na educação, como na formação profissional, no ensino agrícola. E assim, o momento revela maior complexidade para a construção de uma proposta pedagógica que leve em consideração o contexto e os desafios vivenciados pela classe estudantil e trabalhadora ao longo da história (Tardif, 2002).

Dentre as especificidades do ensino e formação no curso técnico em Agropecuária, tem-se o estágio supervisionado obrigatório, na maioria das escolas agrícolas. Com isso, as relações estabelecidas entre o estagiário e o mercado de trabalho facilitam a teoria e prática. O estagiário atenua o impacto da passagem da vida estudantil para a vida profissional, reduzindo a situação de insegurança, corrigindo as suas deficiências, encontrando o equilíbrio e a confiança no seu potencial (Ramos, 2014).

O estágio é a oportunidade de integração do estudante com a sociedade, com foco nos recursos humanos atuais e futuros da sociedade (Fazenda, 2010). A parte concedente do estágio deve indicar funcionário do quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar essa etapa de formação.

Portanto, este artigo se justifica na concepção de que o estágio do curso Técnico em Agropecuária no Campus Araguatins do IFTO é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante, e por isso, ele integra o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso.

2. Metodologia

Este artigo apresenta uma fundamentação metodológica na revisão bibliográfica e na análise do discurso. Destaque que a revisão de bibliografia teve ênfase em Silva (2022), Frigotto (2018) e Kuenzer (2014), dentre outros pesquisadores. Evidencia-se que a análise do discurso foi fundamental para a compreensão dos textos que abordam a temática do ensino agrícola e suas etapas. Tais procedimentos

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

metodológicos, segundo Orlandi (2009) e Pêcheux (1983), tem nos verbetes e expressões, as unidades discursivas que se correlaciona ao proposto neste tratado.

E por isso, as considerações de Fiorin (1990, p. 177), se consolidam como confirmação de método:

O discurso deve ser visto como objeto linguístico e como objeto histórico. Nem se pode descartar a pesquisa sobre os mecanismos responsáveis pela produção do sentido e pela estruturação do discurso nem sobre os elementos pulsionais e sociais que o atravessam. A pesquisa hoje precisa aprofundar o conhecimento dos mecanismos sintáticos e semânticos geradores de sentido; de outro, necessita compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos.

Desta forma, cada texto se configura como um conjunto de recortes discursivos que se entrecruzam e se dispersam, e assim, a análise empreendida executa-se por meio de seleção dessas unidades extraídas do corpus, observados os objetivos da pesquisa, de compreender a perspectiva do estágio supervisionado no Campus Araguatins do IFTO. Quanto à importância da pesquisa e do método traçado para sua consecução, Martins (2009, p. 292), em suas teorias, demonstra:

Antes de mais nada é preciso esclarecer que metodologia é entendida aqui como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades (Demo, 1989). Não se trata, portanto, de uma discussão sobre técnicas qualitativas de pesquisa, mas sobre maneiras de se fazer ciência. A metodologia é, pois, uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa; nela, toda questão técnica implica uma discussão teórica.

É demonstrado por Foucault (1969), que o discurso tem nos seus elementos um processo constitutivo, sendo para ele como um grão que surge na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; conforme prepondera-se como um átomo no discurso. Por sua vez, Zaluar (1986) evidencia que, metodologicamente, mesmo a revisão de literatura, não ocorre enunciado em geral, livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo, sempre se integrando num jogo da enunciação. Desta forma, compreende-se que existe a importância de se analisar o estágio supervisionado, face à sua envergadura junto ao curso Técnico em Agropecuária.

3. Resultados

Fica demonstrada nesta seção, os referenciais teóricos, bem como os resultados e as discussões propostas à temática da educação profissional. Faz-se necessário saber que os parâmetros norteadores do Decreto 2.208/1997, foram bastantes enfáticos quanto à valorização da formação do estudante para desempenhar atividades laborais (Frigotto, 2018).

Neste dispositivo, tem-se que é função da educação profissional os atos de qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. Ela será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho (Frigotto, 2018).

A promulgação da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (a chamada LDB) houve a abertura de espaço para desvinculação da educação profissional do sistema de ensino regular, é esta separação que lança as bases para que uma nova configuração de educação profissional de nível médio técnico se materialize no âmbito das escolas Técnicas e Agrotécnicas (Arruda, 2010).

3.1. O Curso Técnico em Agropecuária

É necessário fazer uma breve contextualização do curso Técnico em Agropecuária no Brasil. Nessa perspectiva, como afirma Freire (2010), educar e educar-se é tarefa daqueles que sabem que poucos sabem, por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais ± em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem, em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.

No ano de 1909, com o presidente Nilo Peçanha, o ensino agrícola começa a tomar rumos novos, pois o país precisava, naquele momento, formar trabalhadores para suprir a necessidade de mão de obra para o setor agrícola. Como naquele período 70% da população ativa se ocupavam de atividades voltadas para o campo, algumas políticas direcionadas foram implantadas (Frigotto, 2018).

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

Conforme Moura (2007), nos anos seguintes, organizou-se o ensino agrícola para capacitar chefes de cultura, administradores e capatazes. Estas medidas evidenciaram um redirecionamento da Escola Profissionalizante, pois ampliaram o seu horizonte de atuação para atender a interesses emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria.

Por conseguinte, conforme Ramos, (2014), as configurações do ensino Médio, conforme a Lei 9394-96, sob a determinação do ideário em nossa sociedade nos anos 1990, seria a de proporcionar aos educandos o desenvolvimento de competências genéricas, flexíveis, adaptáveis à instabilidade da vida, e não mais o acesso aos conhecimentos sistematizados. No caso da formação profissional, o mais importante são as competências adequadas à operação de processos automatizados, inclusive uma capacidade de agir diante dos imprevistos.

Com o advento do processo de redemocratização brasileira, a educação profissional passou por um longo período de autoafirmação. E com isso, no ano de 2008, dois grandes passos foram dados à educação profissional brasileira: a transformação das escolas, centros e colégios federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; e a formalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Cordão; Moraes, 2017).

O itinerário formativo está organizado em diferentes arranjos, reunidos em uma ou mais áreas de conhecimento, articulados a partir dos eixos estruturantes, de forma que se observa o enquadramento do curso técnico em Agropecuária na figura que segue:

Figura 1 – Itinerário formativo do curso técnico integrado ao ensino médio



Fonte: SEDU-ES (2021)

Sobre a figura 1, evidencia-se que no itinerário “Cursos Técnicos”, a proposta é o desenvolvimento de competências profissionais, pessoais e sociais que promovam o desenvolvimento da capacidade de aprender e permitam aos estudantes utilizarem novas técnicas e tecnologias no trabalho, desenvolver competências profissionais e colaborar com a melhoria contínua nos setores de produção e serviços.

Prima-se na afirmação de que a Lei nº 11.892/2008, promulgada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou, um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, com o fim, segundo seus documentos de implementação, de promover a justiça social, a equidade e o desenvolvimento sustentável, respondendo de forma ágil às demandas crescentes por formação profissional, difusão de conhecimentos e suporte aos arranjos produtivos locais (Brasil, 2016).

O avanço de infraestrutura da Rede Federal e a interiorização da educação profissional foram marcos desse momento histórico. Assim, as políticas destinadas à educação profissional brasileira, principalmente, àquelas voltadas às escolas Técnicas e Agrotécnicas, hoje transformadas em Institutos Federais de Educação, sempre sofreram intensas e dinâmicas modificações, manifestações marcantes e típicas de uma sociedade que caminha baseando-se no modelo capitalista de organização social e econômica e que, prioriza a capacitação à produção em detrimento da formação humana, geral e cidadã. O desenvolvimento da educação é gradativo, porém, foi uma política pública muito assertiva, a da Rede Federal (Silva, 2022).

Kuenzer (2014) apresenta contribuições com essa discussão ao ressaltar que, a educação rural se consubstanciou como um fator primordial para a sociedade brasileira nos últimos anos, De maneira

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

similar, Silva (2022), destacam que falta uma abordagem que preze pela consciência sobre a cultura e identidade no espaço rural, que respeite e valorize a educação no processo de formação da cidadania.

4. Discussão

Diante do que foi visto, percebe-se que o estudante de Técnico em Agropecuária passa durante o seu processo de formação por muitas aprendizagens e dilemas e desafios. Isto porque, segundo Ramos (1995), aprender implica mudar os conhecimentos e os comportamentos anteriores. Assim, para redimensionar a prática ameaçada pelo mundo em constante processo de mudanças, um mundo globalizado, a escola pode fazer com que sejam minimizados e estabelecidos mecanismos na direção que mostrem caminhos para fazer enfrentamento a esses desafios (Frigotto, 2018).

As imagens constantes na figura 1, que segue, demonstram as áreas e atividades que devem ser alcançadas no processo de realização do estágio supervisionado:

Figura 1 – Atividades integradoras do estágio supervisionado



Fonte: Pereira (2008) com adaptações

A respeito da figura 1, evidencia que o estágio supervisionado é uma atividade com transdisciplinaridade. E, por isso, deve possuir elementos que vão além das disciplinas, e do espaço disciplinar das classes de aula. Ela deve ser entendida como a coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas do sistema de ensino inovado sobre a base de um sistema, ético, político e antropológico (Frigotto, 2018).

Por sua vez, apesar da noção de estágio supervisionado tenha origem na educação profissional, a própria legislação federal específica que o ele deve ser realizado na comunidade em geral ou em empresas ou organizações públicas ou privadas, sempre sob responsabilidade da instituição de ensino ofertantes (Brasil, 2003)

Na evolução do ensino médio técnico, a educação precisa inaugurar uma nova discussão dessa modalidade, principalmente quando se refere a estágio que, antes visto como um mero instrumento para proclamar o diploma de técnico, deve ser encarado, nesse novo contexto, como um momento para refinar aproximação entre formação geral e educação profissional (Regattieri; Castro, 2010). Desta forma, como afirma Ramos (2014), é preciso construir uma formação que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana.

4.1 Formação integral no Campus Araguatins

Preliminarmente, a intenção nessa sessão falar sobre a prática de educação integral no curso técnico em Agropecuária. A este respeito, Fazenda (2010) afirma que com isso se pretende que nossos estudantes saiam da escola com aprendizagens sólidas e significativas. Pode-se afirmar que a jornada escolar estendida é uma possibilidade real de oferta de mais educação, mais conhecimento e, portanto, mais aprendizagem. Nesse sentido, esta experiência tem demonstrado resultados.

A Educação Integral aqui é entendida como uma possibilidade de organização escolar em que os tempos e os espaços são ressignificados, potencializando e diversificando o ensino e as aprendizagens, considerando a formação humana e integral da criança (Brasil, 2009).

Logo, pensar a escola integral não é estabelecer uma extensão da jornada diária de aulas, mas qualificar o tempo, diversificando o currículo, propondo e instigando alternativas de aprendizagens diferenciadas, expondo os estudantes a condições favoráveis ao conhecimento e ao mesmo tempo propondo experiências lúdicas que contribuam para a formação humana, moral, social, política e, sobretudo, fuja do senso comum de que a educação integral é assistencialismo (Ramos, 2014).

Para Ramos (2014), a educação integral se materializa como política pública e possibilidade a ser implementada de acordo com os interesses econômicos e estruturais ou mesmo da compreensão, por parte dos administradores das esferas legais, acerca da viabilidade e necessidade ou não da implementação da educação integral nas rotinas de funcionamento das escolas.

O que se confirma na pesquisa de Gomes (2017), pois a discussão que envolve o tema, gira em torno de que a educação integral pode ser uma alternativa de resgate da educação de qualidade, em particular para as classes populares. Porém, também há os que se manifestam contra essas possibilidades educacionais, alegando ser uma política assistencialista”.

A educação integral no país não é uma discussão recente. Anísio Teixeira (1976, p. 117) afirmava, por exemplo que os “altos índices de evasão e repetência, já em 1930, resultavam da inadequação do modelo tradicional de escola às necessidades de seus alunos e sobretudo das crianças de classes populares”. Em função desse entendimento, defendia um modelo que ampliasse o tempo de permanência das crianças na escola, antecipando o que hoje chamamos de Educação Integral.

5. Conclusão

Concluiu-se que como estamos formando profissionais que desenvolverão suas atividades profissionais em comunidades compostas por mais diferente públicos, o estágio supervisionado será um momento de confrontar a teoria com a prática.

Obteve-se o viés conclusivo que o estágio se caracteriza por colocar o aluno em contato com a prática visando estabelecer relações entre o conhecer e o fazer. Tem-se um momento de ensino, pesquisa e extensão. No estágio, as inquietações vivenciadas durante todo o curso vêm à tona é nesse momento que aparecem os dilemas, onde muitas vezes é difícil escolher entre múltiplas possibilidades, a melhor ação ou atitude para atuar em determinada situação.

Por fim, observou-se que o percurso para formar o Técnico em Agropecuária numa dimensão mais ampla, serve para a abrir caminhos na criação de espaço para uma educação mais integradora, valorizando a formação humana, criando condições para formar um cidadão cômico de suas responsabilidades para o enfrentamento com menos dificuldades das intempéries do mundo moderno.

Referências

ARRUDA, M.da C.C. **Políticas de Educação Profissional de Nível Médio**: Limites e Possibilidades. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ/IE/DTPE: 2010.

BRASIL, **Parecer CNE/CEB n.º 35, de 05/11/03**, trata das Normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional, 2003.

BRASIL. **Educação integral**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. **Histórico**. Ministério da Educação: Brasília, 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/hist>. Acesso em: 15jul2025.

CORDÃO, F.A; MORAES, F.de. **Educação Profissional no Brasil**: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Editora Senac, 2017.

DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

FAZENDA, I.C.A. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. 23 ed. Campinas: Papirus, 2010.

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

FIORIN, J. L. **Tendências da análise do discurso**. Estudos Lingüísticos, v.19, p.173-9,1990

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1969.

FREIRE P. **Educação como Prática da Liberdade**. 32 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FRIGOTTO, G. (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento.. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

GOMES, L.C.G. **Escola de Aprendizes de Artífices de Campos**: história e imagens. Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2017.

KUENZER, A. Z. **As relações entre o mundo do trabalho e a escola**: práticas de integração. In Rios, F. H., Costa, R. R. S., & Urbanetz, S. T. (org.). Educação Profissional: desafios e debates. Curitiba: IFPR-EAD, 2014.

MARTINS, E.M. **Todos pela Educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2009.

MOURA, D. H. **Educação básica e educação profissional**: dualidade histórica e perspectivas de integração. GT: Trabalho e Educação / n.09. Anped Caxambu, 2007.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1983.

PEREIRA, M.S. **O estágio supervisionado na formação dos alunos do Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira**. Dissertação de mestrado para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, UFRRJ, 2008.

RAMOS, M.N. **Do Ensino Técnico à Educação Tecnológica**: historicidade das políticas públicas dos anos 90. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1995.

RAMOS, M. N. **Ensino médio integrado**: da conceituação à operacionalização. CADERNOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO PPGE-UFES, v. 19, p. 15, 2014.

REGATTIERI, M; CASTRO, J. M. **Ensino médio e educação profissional**: desafios da integração. Brasília: UNESCO, 2010.

SEDU-ES. Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. **Itinerário formativo**. 2021. Disponível em <https://novoensinomedio.sedu.es.gov.br/itinerario-formativo> Acesso em 03jan2022.

SILVA, P.H.G. **O projeto político pedagógico das Escolas Estaduais Mãtyk e Tekator**: uma contribuição para a educação escolar Apinayé. Tese de Doutorado apresentada a Universidade Federal do Tocantins. Campus Araguaína. Programa de Pós-graduação em Letras – Ensino de Língua e Literatura. Araguaína-TO, fevereiro de 2022.

TARDIF, M. **Saberes Docente e Formação Profissional**. Petrópolis,RJ:Vozes,2002 .

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional – MEC, 1976.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação do Grupo de Pesquisa “CES em Ação” do Campus Araguatins do IFTO”, bem como aos seus membros, por nos permitir uma prática frequente de interligação entre ensino, pesquisa e extensão.